

CONTROLE SOCIAL E AS PRÁTICAS DOCENTES NA ESCOLA PÚBLICA: Um Estudo De Caso sobre Participação

Samira Eponina Borges de Lima¹

Luiz Carlos dos Santos ²

RESUMO

Este artigo buscou analisar como o tema controle social é trabalhado na educação, e de que forma a participação no âmbito escolar pode fortalecer o exercício da cidadania. Utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação, de caráter exploratória intervencionista ao qual se deu com a participação direta dos pesquisado, através de visita estudo *in loco*, aplicação de questionário possibilitando a análise de conteúdo. Buscou-se demonstrar a relevância do conhecimento as práticas docentes em sala de aula. Contemplando escolas públicas em Várzea Grande a saber: E.E. Governador José Garcia Neto, E.E. Jaime Veríssimo de Campos Júnior, E.M.E.B. Ary Leite de Campos, E.M.E.B. Irenice Godoy de Campos e Silva. Este trabalho usou uma sugestão amistosa de forma a buscar um despertar para o assunto controle social e suas aplicabilidades na educação bem como sua importância na contribuição da formação cidadã dos discentes.

Palavras-chaves: Controle Social. Participação. Formação Cidadã. Práticas Docentes.

INTRODUÇÃO

O exercício do controle social é um dos mais importantes mecanismos de prevenção da corrupção e fortalecimento da cidadania como afirma o autor “A necessidade de controlar as atividades administrativas desenvolvidas pelo Estado é percebida de modo evidente pela comunidade como instrumento imprescindível para o combate e a prevenção da corrupção” Furtado, (2015, p. 62). Já que pelo tamanho do Estado é impossível que as instituições de controle, consigam sozinhas assegurar a legitimidade de todos os atos da administração pública. A sociedade tem o papel importante no controle no planejamento e no conhecimento das políticas públicas, pois sem conhecimento não há o que controlar.

¹ Graduada em Administração, pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço (Eduvale) – 2003. Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública pelo IFMT – *campus* Várzea Grande. E-mail: samy.adm@gmail.com.

² Graduado em Administração pela Faculdade Católica Rainha da Paz – 2005. Mestrado Profissional em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - 2012. Professor em Administração do IFMT – *campus* Várzea Grande. E-mail: luiz.santos@vgd.ifmt.edu.br.

O Controle Social é a forma que os cidadãos comuns têm para participar das ações do governo a fim de buscar a real efetivação de políticas públicas que atendam realmente as necessidades sociais como um todo, desta forma ele deve ser considerado relevante para a sociedade local.

A educação é a base que propicia todos os aspectos do conhecimento, é na escola, que se encontra um ambiente propício para o fomento do saber e da formação do indivíduo enquanto ser humano. No capítulo terceiro, em seu artigo 205 da Constituição Federal de 1988, está claro esta garantia: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

O tema deste artigo busca trazer uma abordagem sobre o controle social e as práticas docentes na escola pública, ele traz ênfase a aplicação do controle social na educação e sua importância como meio de transformação na educação escolar.

O recorte espacial realizado, contemplou as escolas dos bairros; Petrópolis, Nova Esperança, Jardim Imperial, Residencial Júlio Domingos de Campos e Residencial Jacarandá no município de Várzea Grande em Mato Grosso. A abordagem do tema controle social e as práticas docentes contemplaram os docentes de quatro escolas: Escola Estadual Governador José Garcia Neto, Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior – “Jaiminho”, Escola Municipal de Educação Básica Ary Leite de Campos, Escola Municipal de Educação Básica Irenice Godoy de Campos e Silva, todas localizadas em Várzea Grande – MT.

Este trabalho evidencia que o ambiente escolar deve ser um espaço atuante e de propagação constante do conhecimento e do desenvolvimento da consciência cidadã. Tornar crianças futuros agentes de transformação através de ações participativas da sociedade é o grande desafio da sociedade e o caminho mais correto para se obter resultados em políticas públicas que atendam ao cidadão realmente.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como o tema controle social é trabalhado na educação, e de que forma a participação cidadã no âmbito escolar pode fortalecer o exercício da cidadania. O exercício do controle social é um aprendizado tanto para professores quanto para os alunos, uma vez que neste processo todos aprendem a reconhecer e a dialogar com as diferentes necessidades existentes na sociedade local. O objetivo específico é tornar o controle social uma

prática docente comum nas escolas públicas pesquisadas. Além desta introdução, este trabalho apresenta a seguinte estrutura, uma revisão do referencial teórico para sustentar as análises e argumentações, uma síntese metodológica, a análise das informações coletadas, relatos da intervenção e considerações finais.

CONTROLE SOCIAL

O Controle Social é a forma que os cidadãos comuns têm para participar das ações do governo a fim de buscar a real efetivação de políticas públicas que atendam realmente as necessidades sociais como um todo, desta forma ele deve ser considerado relevante para a sociedade local.

O conceito de controle social se refere ao espaço de controle da Administração Pública que se manifesta com a participação da sociedade civil, ou seja, por pessoas e instituições que não estão vinculadas à estrutura governamental. Ressalta-se aqui que o controle social abrange tanto as instituições da sociedade civil organizada como um cidadão comum que deseje interagir com a Administração Pública exercendo uma cidadania ativa e reivindicando direitos (PAIVA, 2004, p. 39).

A conceituação original do termo controle social foi cunhada na sociologia para indicar o controle da sociedade sobre comportamentos indesejáveis dos indivíduos. Assim, na sociologia, controle social é:

[...] o conjunto de recursos materiais e simbólicos de uma sociedade para garantir que a conduta de seus integrantes respeite as regras e os princípios estabelecidos previamente. Esses recursos poderiam ser externos, na forma de recompensas e punições, ou internos como a educação moral ou socialização propriamente dita. (PAIVA, 2004, p.36)

O controle social para Corbari, (2004, p. 103) é a forma mais simples de manifestação que um indivíduo em particular pode ter perante seu meio social, este indivíduo pode ou não estar ligado ao Estado, ou seja, é a manifestação de um cidadão comum como eu e você. Ele pode se expressar de forma coletiva ou não, buscando melhorias junto ao poder público a fim de concretizar a realização de políticas públicas de interesse da coletividade. Lembrando que essas políticas públicas devem vir de encontro com as necessidades locais.

Ainda na concepção de Corbari, (2004, p.107) controle social “é entendido como o controle que os cidadãos exercem de forma direta sobre as ações do Estado, ou seja, o controle da sociedade sobre o Estado”. Neste contexto o termo controle social traz um outro ponto de vista, desta vez um pouco mais específico, pois dá mais enfoque a democracia participativa, busca demonstrar uma outra forma de participação da população, que é sua participação na formulação e fiscalização

das políticas públicas. Estas políticas são construídas em espaços propícios ao exercício da democracia, como é sabido estes espaços são os fóruns de debates, os orçamentos participativos, as conferências e os centros comunitários. Dias, Matos, (2012, p. 163).

O controle social não é gerado somente de fora para dentro, muito pelo contrário ele é exercido em sua maior parte de forma interna para a externa. Hoje graças a presente força da manifestação popular criou-se mecanismos pelos quais controle social do cidadão pode ser exercido e acompanhado, eles estão presentes no interior do próprio poder público através de normativas institucionais que o obrigam a ser permanentes na prestação de contas, “os conselhos caracterizam-se como importante mecanismo de cogestão e coparticipação da sociedade na formulação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas”. Tatagiba, (2002, p.31). A transparência e publicidade das ações e recursos do poder público ajudam ao cidadão fiscalizar de que forma o recurso público são utilizados, isso faz com que gere por parte do poder público uma certa economia nas ações realizadas com os recursos públicos, estes mecanismos podem ser mensurados pelo orçamento participativo.

Após a implementação do atual modelo de administração brasileiro que é o modelo gerencial houve uma tendência maior à valorização da participação dos cidadãos nas ações do governo. Outro exemplo, que não pode ser deixado de mencionar é a própria Constituição Federal, que ampliou muito os mecanismos de participação dos cidadãos junto ao Estado.

Percebe-se que, a Constituição de 1988 foi a primeira que garantiu, também na esfera administrativa, a participação dos cidadãos, assegurando a possibilidade de interferirem significativamente na tomada de decisão do poder público, bem como a possibilidade de exercerem o controle dos atos administrativos (SCHIER apud PAIVA, 2004, p. 37).

Nossa carta magna traz vários mecanismos constitucionais, onde pode-se citar: o plebiscito, o referendo a iniciativa popular (Art. 14), e os direitos e garantias individuais (Art. 5º), como o direito à informação e o direito à ação popular, entre outros, são exemplos de resguardo da participação dos cidadãos junto ao Estado. O Artigo 198 inciso III e 204 inciso II do texto constitucional que discorre:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: [...] III - participação da comunidade. [...] Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no

art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: [...] II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Como observado acima há a existência de amparo constitucional, que garantem, auxiliam e orientam o cidadão a adentrar por meios legais a busca por melhores condições nas mais diversas áreas da sociedade, condições essas, que visam a melhoria de vida da coletividade como um todo.

Formas de Manifestação do Controle Social na Educação

O controle social na educação deve ser um moderador da participação docente no processo de gestão escolar. A colaboração docente não é só para o fortalecimento da escola pública, mas também para o fortalecimento do conhecimento integral dos próprios docentes. Pois o ambiente escolar deve ser um espaço atuante de propagação de conhecimento e desenvolvimento da consciência cidadã. O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDO) discorre:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Participar das ações pertinentes a educação tem que ser de interesse dos profissionais da educação em conjunto com a sociedade local. É de fundamental importância que estes profissionais, representados pelos professores, os verdadeiros disseminadores do conhecimento e pensamento crítico, possam participar de fato e de direito. O controle do Estado, entretanto, será necessariamente antecedido e complementado pelo controle social direto, derivado do poder dos conselhos de administração constituídos pela sociedade.

A transparência na escola depende da inserção da comunidade no cotidiano escolar, do envolvimento dos segmentos com a causa pública, passa pela socialização, das informações, o que pode gerar um clima de confiança e clareza de propósitos entre sujeitos da escola. (ARAUJO, 2009, p. 257).

Quanto ao Estado brasileiro nota-se, nas últimas décadas, mais propriamente dita em meados dos anos 90, houve forte tendência à valorização da participação dos cidadãos. No entanto percebe-se que o Estado está longe de atender a todos os problemas da sociedade sozinho e que somente através do conhecimento será

possível a participação ativa da comunidade escolar na busca por meios de transformação em uma sociedade mais justa com valorização de direitos e deveres, somente a sociedade local conhece seus problemas, podendo participar e opinar ativamente na busca por solução dos mesmos.

Gestão Democrática e Seu Exercício

A Lei de diretrizes e Bases da Educação – LDB, propõe em sua lei um modelo de gestão democrática, mesmo assim a maioria dos Estados não tem essa proposta como política pedagógica de fato. Infelizmente a gestão democrática ainda não é uma realidade em nosso país. A autora Luce define gestão democrática como:

Gestão democrática é definida como uma prática político-pedagógica e administrativa, onde o gestor, através da articulação entre os diversos segmentos da unidade escola, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas, transparentes e autônomas. (LUCE, 2003, p. 2)

Na participação das pessoas nesse processo, todos devem e precisam se sentirem envolvidos. Este envolvimento deve atingir, os professores, os alunos, os funcionários e a comunidade externa representada aqui pelos pais. O processo de gestão democrática deve e precisa ser de domínio do gestor, ele precisa conhecer e atuar como de forma mais presente nos processos, nos conselhos e nos colegiados.

Contudo há profissionais que estão entrando nessa realidade de gestão democrática agora, outros que não entenderam que gestor não é uma questão apenas de administração e há alguns poucos que estão realmente atuando numa gestão democrática. Para se ter uma melhor compreensão do exercício de gestão democrática, Gohn explica:

Os diversos tipos de conselhos, tais como os conselhos gestores, conselhos da cidade ou conselhos de representantes distritais, os fóruns metropolitanos ou interestaduais, as câmaras distritais, regionais, etc., são exemplos das novas formas de participação. Eles revelam a existência de uma “nova cultura política que fundamenta as relações Estado/sociedade; relações democráticas em que o debate via argumentação e o confronto de ideias entre diferentes atores sociopolíticos e culturais, com posição político-ideológicas e projetos sociais, estejam sempre presentes. (GOHN, 2004, p. 59 apud DIAS E MATOS 2012, p. 163.)

Há que se entender que a questão gestão democrática depende da ação do gestor representado pela figura do diretor da instituição, responsável pela condução

do processo educativo escolar, ele deve envolver os professores nos projetos pedagógicos deve articular ações para a melhoria da qualidade das condições da escola.

Canais de Participação

Percebe-se que o Estado está longe de atender a todos os problemas da sociedade sozinho e que somente através do conhecimento será possível a participação ativa da comunidade escolar na busca por meios de transformação em uma sociedade mais justa com valorização de direitos e deveres. Os autores Dias e Matos traz a definição de participação na educação.

A participação cidadã, junto com a educação, constitui o caminho para a geração de mudanças profundas em nossas sociedades ao converter-se em um fator poderoso para o fortalecimento do capital humano, a criação de capital social e a geração de uma nova cultura autenticamente democrática e solidária. (DIAS E MATOS, 2012, p. 162).

Com a participação da sociedade local haverá o reconhecimento dos reais problemas existentes nas comunidades e nos organismos de vivência, o ato de participar e opinar ativamente trará possibilidade de discussão para se chegar à solução e mudanças concretas. Existem meios de participação que atendem a comunidade escolar e ajudam os envolvidos em educação a participarem de forma organizada, como pode ser observado a seguir.

Grêmios Estudantil

O grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar quanto na comunidade.

O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Os grêmios estudantis foram legalmente instituídos no contexto das lutas pela democratização da gestão da educação no Brasil, por meio da Lei nº 7.398 de 1985. Portanto, ao lado da eleição de diretor de escola e dos conselhos escolares, os grêmios se firmaram como importante instrumento de luta, de afirmação e de valorização dos alunos no cotidiano escolar. (ARAUJO, 2009, p. 258).

Um dos principais objetivos do grêmio estudantil é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua escola, organizando campeonatos,

palestras, projetos e discussões, fazendo com que tenham voz ativa e participem junto com os pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores da programação e da construção das regras dentro da escola.

Em todo lugar sempre tem algo importante a ser melhorado ou construído. Na escola não é diferente, portanto, o Grêmio Estudantil é uma das primeiras oportunidades que o jovem tem de participar da sociedade. Com o grêmio, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões. Contudo é importante ressaltar que toda participação requer responsabilidade, um grêmio estudantil compromissado deve procurar defender os interesses dos alunos, firmando sempre que possível uma parceria com todas as pessoas que estão envolvidas na escola. É importante trabalhar principalmente com os diretores, coordenadores e professores. Somente assim o grêmio atuará verdadeiramente em benefício da escola e da comunidade.

Conselho Escolar uma Forma de Gestão Democrática

Os conselhos escolares são órgão colegiados compostos por representantes das comunidades escolares e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. Eles representam as comunidades, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar deliberações sobre competências de sua responsabilidade. Na atualidade existe um entendimento que a escola pode ser mais bem gerida e conseqüentemente ter uma qualidade melhor se ela tiver uma perspectiva de uma gestão democrática. A gestão democrática pode se dar mediante o conselho escolar de cada escola, composta pelo colegiado e por todos os envolvidos na escola como: diretor, coordenador, apoio, professor, aluno, pais e funcionários sempre na perspectiva do coletivo.

[...] o processo de luta em defesa da gestão democrática da educação, ocorrido na década de 1980, o Conselho Escolar passou a ser visto como um lugar privilegiado de discussão, reflexão e deliberação das questões da escola. Ao lado da eleição para diretor, essa instância se constitui como um canal importante de participação dos diferentes nos rumos da escola. (ARAUJO, 2009, p. 259).

O conselho é formado por representantes de todos os grupos envolvidos com a educação: funcionários e professores das escolas, pais e outros membros da comunidade. Ao trazer todos os interessados para a discussão, ele transforma a

escola em um ambiente mais democrático e transparente.

Gestão Democrática na Educação

A gestão democrática da educação tem como ponto de referência a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394 de 1996). De acordo com Neto e Castro “o modelo de gestão democrática tem como objetivo primordial a efetivação da educação como direito social e a universalização do acesso com permanência e qualidade social.” Os autores afirmam ainda que:

A gestão democrática pode ser caracterizada como um espaço de descentralização do poder, de participação e de autonomia das instituições. Portanto, ela possibilita a construção da cidadania e deve ser considerada fundamental na formação do cidadão. (NETO; CASTRO, 2011, p. 754)

Na revista semestral da escola de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE (ESFORCE), o autor Francisco Nascimento publica em seu artigo as competências e habilidades primordiais requeridas dos educadores iluminados pelas lentes da filosofia, da história, da antropologia, da psicologia, da sociologia e gestão que tem como objetivo:

Valorizar e refletir o seu fazer na escola como condição para a construção de novos conhecimentos e modo de agir. Identificar o papel da escola na (re)construção da sociedade contemporânea. Identificar as diversas funções educativas presentes na escola. Dialogar e interagir com os outros segmentos escolares. Compreender que na escola todos os espaços são espaços de vivência coletiva, nas quais deve saber atuar como educador escolar. Reconhecer e constituir identidade profissional educativa em sua ação na escola. (NASCIMENTO, 2009, p. 385).

Contudo para que a escola e outros espaços se constituam em espaços de trabalho pedagógico educativo, é necessário além das competências gerais que existam competências específicas, no espaço de gestão é necessário que os funcionários observem os seguintes pontos como sugere o autor Francisco Nascimento:

Conheçam os principais elementos, fundamentos e princípios da administração e como ressoam, no planejamento escolar. Compreendam e contextualizem, na lei e na prática social, a educação escolar, as políticas educacionais e o Estado. Conheçam os fundamentos da contabilidade pública voltada para a escola, da administração de materiais e os fundamentos da estatística. Conheçam os mecanismos do financiamento da educação. Compreendam e produzam com autonomia, registros e escritos de documentos oficiais, relacionando-os com as práticas escolares. Tenham

a habilidade para dialogar com os profissionais das diversas áreas da educação, fazendo a ligação entre as ações administrativas da escola com os conteúdos discutidos em sala de aula. (NASCIMENTO, 2009, p. 386 e 387).

A direção escolar deve oferecer aos funcionários os elementos necessários para que junto com os professores, possam refletir sobre as atividades da escola, transformando assim as práticas sociais educativas cotidianas na escola. “A atuação dos educadores passa a levar em conta outras dimensões em que os espaços de participação, reflexão, formação e ação para o mundo em constantes mudanças e incertezas ganham centralidade na escola pública” Nascimento, (2009, p. 378). O professor passa a ser definido como profissional pedagógico desempenhando e cumprindo seu papel de educador dentro da escola.

Ausência de Cultura Participativa e Resistência às Mudanças

A história do Brasil assim também como a história da educação é marcada por uma cultura de passividade e comodismo. Se não existir envolvimento, o processo de gestão democrática não acontece de fato. A resistência dos docentes pode se dar de uma forma geral pelo: corporativismo, autoritarismo e à formação acadêmica deficiente, como acentua o autor, Mendonça.

A própria sociedade, beneficiária legítima da gestão democrática do ensino público, é apontada pelas autoridades como resistentes às iniciativas do Estado. De maneira semelhante, as atitudes de acomodação, desinteresse ou falta de consciência sobre a importância dos processos democráticos produzem focos muitas vezes intransponíveis para a aplicação de mecanismos de gestão participativos. (MENDONÇA, 2001, p. 94)

As resistências identificadas são as responsáveis direta ou indiretamente pela falta ou pouca implementação das políticas que atendam a administração dos sistemas de ensino. A participação da sociedade no controle da Administração pública se dá na medida em que cresce a consciência do exercício de uma cidadania ativa, visando o atendimento de direitos do conjunto da sociedade, sendo um verdadeiro espaço de conquistas coletivas.

O controle da Administração Pública, que permitirá a efetiva aplicação dos recursos públicos, combatendo os desvios e fraudes, e levando a sociedade brasileira à justiça social, só será possível se houver uma grande inter-relação entre controle social e controle governamental. (CALLADO, PAIVA, 2004, p 3)

Conhecer a necessidade da comunidade passa pelo movimento acima

descrito pelos autores Callado e Paiva (2004. P.412), que citam que haverá o combate dos desvios e fraudes do setor público, quando houver comprometimento da comunidade local no acompanhamento dos recursos destinados a atender as necessidades da população.

Existe certa resistência na implantação de processos de gestão democrática devido à resistência as mudanças. De acordo com Chiavenatto (2006, p.296) “A mudança é um aspecto essencial da criatividade e inovação nas organizações de hoje”, contudo existe resistência por parte das pessoas, Chiavenatto (2006, p. 596), define o processo de mudança com as seguintes características “A mudança envolve transformação, interrupção, perturbação, ruptura, dependendo da sua intensidade”. Alguns conceitos citados por Santos, Silva e Miranda (2015, p. 412), demonstram as fontes de resistência às mudanças.

“As fontes de resistências as mudanças individuais de acordo com Robbins, Judge e Sobral (2010) são os hábitos que adquirimos ao longo da vida e que, inconscientemente nos levam a querer lidar sempre com a mesma situação, a necessidade de segurança que algumas pessoas têm e por isso sente-se ameaçadas; fatores econômicos, pelo fato de o indivíduo achar que não corresponderá às novas exigências das atividades, principalmente se a remuneração for ligada à produtividade, o medo do desconhecido e, finalmente o processo seletivo de informações que a maioria das pessoas tem. Só ouvem o que querem ouvir. Descartam as informações que possam desafiar o mundo que construíram. Já as fontes de resistência organizacionais são colocadas a inércia estrutural: muitas vezes a organização tem mecanismos internos para produzir estabilidade.; foco limitado de mudança pelos subsistemas serem interdependentes; inércia do grupo mesmo que alguns queiram mudar, as normas do grupo são limitadoras; ameaças a especialização de alguns grupos exclusivos e, “ameaças às relações de poder estabelecidas. Qualquer redistribuição de autoridade para a tomada de decisões pode ameaçar as relações de poder já estabelecidas dentro de uma organização” (ROBBINS, JUDCE E SOBRAL, 2010 p. 569. apud SANTOS, SILVA, MIRANDA, 2015, p. 412.)

Chiavenatto (2006, p. 298) “Toda mudança rompe a rotina e impõe uma ruptura com reação ao passado” reafirmando que a resistência deve ser quebrada, ações passadas devem ser deixadas, para dar lugar ao novo.

METODOLOGIA

Nesse trabalho utilizou-se o método da pesquisa-ação, apresentando um caráter intervencionista, exploratória, com observação direta, que primeiramente realiza um levantamento prévio da teoria para obter maior conhecimento sobre o objeto a ser pesquisado. Como definem os autores abaixo:

A pesquisa metodológica Pesquisa-Ação busca desenvolver técnicas e conhecimentos necessários ao fortalecimento das atividades desenvolvidas.

Utilizando dados/achados da própria organização e valorizando o saber e a prática diária dos profissionais envolvidos, aliados aos conhecimentos teóricos e experiências adquiridas pelos pesquisadores, essa metodologia constituirá um novo saber que aponta propostas de solução dos problemas diagnosticados. (NUNES E INFANTE, 1996, p. 97)

A pesquisa iniciou-se com o estudo bibliográfico a fim de buscar a base teórica e as fundamentações para o tema proposto. Em seguida realizou-se um estudo *in loco*, com uso da observação direta, juntamente com uma pesquisa de abordagem qualitativa onde Tatiana Gerhardt e Denise Tolfo (2009, p. 32), da obra *Métodos de Pesquisa*, definem que a observação direta: “não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” O trabalho iniciou-se com sete escolas: E.E. Governador José Garcia Neto, E.E. Jaime Veríssimo de Campos Júnior- “Jaiminho”, E.M.E.B. Ary Leite de Campos, E.M.E.B. Irenice Godoy de Campos e Silva, E.M.E.B. Benedita Bernardino Curvo, E.M.E.B Ednilson Francisco Kolling, E.E. Marlene Marques de Barros. Após a palestra, foi aplicado um questionário de reação contendo oito perguntas sendo uma pergunta fechada ou dicotômica como explica Marconi e Lakatos (2016, p. 187 e p. 189): “Perguntas fechadas ou dicotômicas. Também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim ou não”. E sete questões contendo perguntas de múltipla escolha, “São perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto”. Após aplicação do questionário foi realizado a tabulação dos dados primários e posterior análise de conteúdo, “A importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas a investigações” Marconi e Lakatos, (2016, p. 151), foi realizada a propositura e execuções das seguintes ações: Na primeira intervenção foi ministrada um palestra motivacional pelo professor Me. Luiz Carlos dos Santos, que abordou questões sobre marketing pessoal, resistência as mudanças, habilidades e competências, comportamento nas redes sociais, houve um momento de quebra gelo, quando ele apresentou sua história de vida e o quanto o estudo foi relevante para sua condição atual, uma frase dita por ele em todas as palestras foi “nós somos hoje, o reflexo de nossas escolhas do passado”. No segundo momento das intervenções foram realizadas pelas alunas Karen Fernanda da Silva e Samira Eponina Borges de Lima, que apresentaram conceitos do controle social e sua aplicabilidade na educação. As ações, realizadas

mediante as intervenções proporcionou as avaliações e conclusão deste trabalho mediante utilização da pesquisa explicativa.

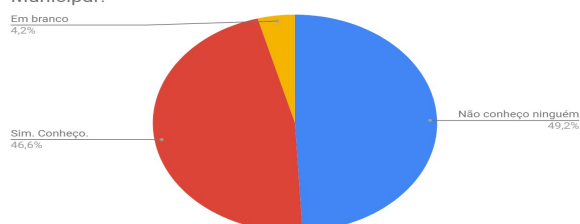
RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO

Análise Das Informações Coletadas

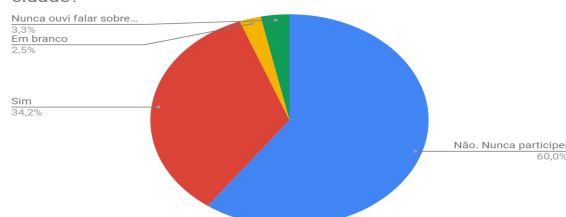
A primeira ação na pesquisa foi a visita *in loco*, onde foram mantidas a observação mediante estudo etnográfico. Foi observado uma boa receptividade e aceitação por parte da maioria dos docentes, com exceção de uma escola, que demonstrou bastante resistência, a qual foi retirada logo no início da pesquisa. Dentre as pesquisadas duas escolas também não foram contempladas com intervenção por não terem disponibilidade de horário para aplicação da intervenção, pois o seu cronograma letivo, foi comprometido devido aos 75 dias de greve dos profissionais da educação das redes Municipais e Estaduais, ocorridas entre os dias 27/05/2019 à 12/08/2019.

Quanto a análise dos dados obtidos através do questionário, nos foi proporcionado obter informações sobre a caracterização dos pesquisados, como: sexo, idade, formação acadêmica, conhecimento sobre o tema controle social e sua aplicabilidade, nível de interesse em política local, participação em conselhos escolares outros conselhos, prática utilizada na escolha de candidato a cargo público e acompanhamento durante o mandato dos candidatos eleitos. Após tabulação dos dados foi realizado uma análise comparativa com os referenciais teóricos. Os pontos importantes foram observados quanto aos docentes pesquisados como: a existência de consciência de que se faz necessário a participação e envolvimento do corpo docente, para se ter possibilidades de exercício do controle social; a importância da organização da sociedade civil, começando pelo ambiente escolar; a importância de se praticar gestão, visando uma gestão democrática eficiente.

16. Você conhece alguém que faz parte de algum Conselho Municipal?



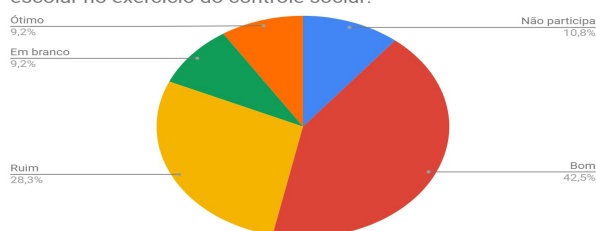
17. Você já participou ou participa de algum conselho de sua cidade?



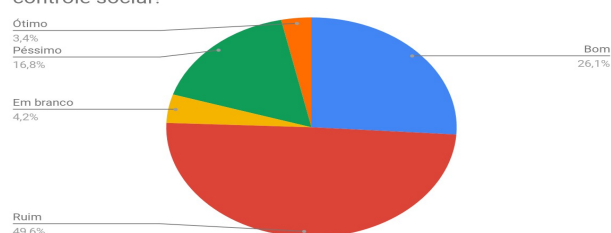
Acima, observa-se que quase 50% dos docentes pesquisados, afirmam não conhecer alguém que faz parte de algum Conselho Municipal. Enquanto, 34,2% responderam que nunca participaram de nenhum conselho de sua cidade. Se não conhecem ninguém que participa de conselhos, faz-se o questionamento, como se faz representar? As informações demonstram que na realidade não há o exercício do controle social que é conceituado por Paiva, (2004, p.39), como sendo algo “[...] que se manifesta com a participação da sociedade civil, ou seja, por pessoas e instituições que não estão vinculadas à estrutura governamental.” É primordial ressaltar o exercício do controle social para o fortalecimento da cidadania, bem com a necessidade de efetiva participação cidadã, para se ter concretização dos direitos pretendidos.

Outra questão revela ser ruim a participação da comunidade escolar no exercício do controle social uma vez que entre os que acham ruim e os que não participam o percentual chega a 39,1%, levando -se em consideração os 9,2% que não responderam à pergunta, fica evidente que pelo mesmo metade dos docentes pesquisados acham deficitária a participação da sua comunidade escolar no exercício do controle social, no entanto “A participação cidadã, junto com a educação, constitui o caminho para geração de mudanças profundas em nossas sociedades [...], Dias e Matos, (2012, p. 162).

21. Como você analisa a participação da sua comunidade escolar no exercício do controle social?



23. Como você vê o conhecimento da sociedade sobre o tema controle social?



Os professores pesquisados afirmam que a sociedade não está atenta em conhecer o tema controle social pois as respostas contemplam 76,4 % das marcações em ruim e péssimo. Através dessas informações observa-se que se trata de uma autoanálise, pois ao perguntar como os professores enxergam o conhecimento da sociedade sobre o tema controle social, eles se colocam subjetivamente incluídos nessa pergunta, pois fazem parte da sociedade.

Ações Desenvolvidas

Na fase da intervenção foi realizada uma palestra pelo Professor Me. Luiz Carlos dos Santos com o tema: “Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências” com intuito de tornar os docentes mais próximos e familiarizá-los com este contato prévio e sensibilizar para a eficiência e eficácia no processo educacional.

As ações ministradas na segunda fase da intervenção contaram com uma palestra apresentada em slides, ela ocorreu de modo leve no estilo mesa redonda e bate papo com o tema Controle Social e Participação Docente, com a entrega de material de apoio, um folder explicativo que abordava o assunto Controle Social e Participação na Educação, além de uma lembrancinha confeccionada pelas alunas, como forma de agradecimento pela colaboração no trabalho.

Estes encontros foram importante e bastante relevância para conhecermos os docentes e nos aproximarmos com mais naturalidade possível. Desta forma as quatro escolas pesquisadas tiveram a oportunidade de ter duas palestras cada. As apresentações ocorreram conforme apresentado na tabela abaixo.

CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS NAS ESCOLAS					
ESCOLAS	INTERVENÇÕES	PALESTRANTE	TEMA	DATA	HORARIO
E.M.E.B. ARY LEITE DE CAMPOS	1ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	27/06/2019	17:30 às 19:00
	2ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	19/09/2019	17:30 às 19:00
E.M.E.B. PROF. ^a IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA	1ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	26/09/2019	17:30 às 19:00
	2ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	10/10/2019	17:30 às 19:00
E.E. GOVERNADOR JOSÉ GARCIA NETO	1ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	28/09/2019	09:00 às 11:30
	2ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	19/10/2019	09:00 às 10:45
E.E. JAIME VERISSÍMO DE CAMPOS JÚNIOR	1ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	03/09/2019	17:30 às 19:00
	2ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	30/10/2019	17:30 às 19:00
E.E. MARLENE MARQUES DE BARROS	Não houve Intervenção	-----	-----	-----	-----
E.M.E.B. EDNILSON FRANCISCO KOLLING	Não houve Intervenção	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado por Karen e Samira

Foi abordado de forma leve a fim de não forçar uma ideia preconcebida ou um modelo padrão, mas de demonstrar uma forma amistosa de agregar conhecimento aos docentes, oportunizando contribuições nas ações diárias dos docentes e alavancar a troca entre ensino aprendizagem, a qual nós orientandas e orientador também somos incluídos, pois somos aprendizes, levando em consideração a busca

por conhecimento de certa forma ser inesgotável para o discente. Foram abordados os pontos básicos para se chegar a um patamar de mínima participação na sociedade que é o de se ter conhecimento das leis tanto da nossa Constituição Federal quanto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) participando ativamente de todo processo (direitos e deveres). A apresentação sugere que a participação dos docentes na educação por meio do controle social, tende a trazer para si a responsabilidade e necessidade de se buscar maior efetividade em ações com resultados que seriam aqui descritas como políticas públicas que atendam realmente a sociedade. Segundo os autores.

[...] é fundamental porque é nela que a política, até então quase exclusivamente de discursos e de palavras, se transforma em fatos concretos. A implementação da política é a continuação da luta política com outros meios e cenários diferentes. (DIAS E MATOS 2012, p. 79)

Existe a urgente necessidade de se formar pequenos cidadãos com percepção e consciência participativa, este sentimento deve ser despertado e trabalhado diariamente nos pequenos, a fim de buscar resultados a longo prazo satisfatórios.

Ao final realizou-se uma avaliação da satisfação das palestras, aplicando um questionário com os professores, que foram solícitos e bastante colaborativos na pesquisa, muitos elogiaram nosso trabalho e agradeceram a ação desenvolvida, além de externalizar a vontade de que mais ações como essas sejam realizadas na escola, os encontros estabeleceram uma relação de amizade e respeito pela profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contemplou de forma favorável o objetivo geral da pesquisa-ação que foi analisar como o tema controle social é trabalhado na educação, e de que forma a participação cidadã no âmbito escolar pode fortalecer o exercício da cidadania, ele buscou demonstrar aos docentes os meios a se alcançar uma prática do controle social com eficiência e eficácia contribuindo na formação cidadã de seus alunos. A pesquisa permitiu concluir que há um entendimento por parte dos docentes das quatro escolas pesquisadas sobre o tema controle social e que existe a necessidade de se fortalecer o exercício da cidadania com ações que fomentem a participação coletiva.

Contudo para ser ter realmente a participação dos docentes em ações que impactem a vida de seus alunos, se faz necessário a mudança de pensamento por parte de alguns gestores. Quanto ao objetivo específico de tornar o controle social uma prática docente comum, não podemos afirmar que houve sucesso, por se tratar de um aspecto cultural e bastante ligado a resistência à mudança, levando -se em consideração que o docente deve preparar o ambiente escolar para a longo prazo promovendo a conexão dos alunos de nível fundamental e médio através de disciplinas e/ou temas relacionados a participação e formação cidadã despertando seu desejo de ter um papel ativo na sociedade, entretanto foi dado um passo importante nesse caminho. No entanto este trabalho apresentou algumas fragilidades como o tempo limitado e greve dos servidores da educação e dificuldade de encontrar bibliografia sobre alguns temas abordados. Como sugestão para os futuros pesquisadores sugere-se um trabalho de extensão acadêmica desenvolvendo ações, não só junto à comunidade escolar, mas também na comunidade de uma forma geral. Levar o conhecimento técnico as comunidades locais como meio de envolver a sociedade para um despertar ao conhecimento e participação plena de cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei nº 394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006. 609 p.

CORBARI, Ely Célia. **Accountability e Controle Social**: Desafio à Construção da Cidadania. Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil. Jan-jun 2004. Disponível em: Acesso em 02 jul. 2011.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas Princípios, Propósitos e Processos**. 1º ed. São Paulo: Atlas 2012.

_____. **Políticas Públicas Princípios, Propósitos e Processos**. 1º ed. São Paulo: Atlas 2012. (p. 79)

FURTADO, L. R. **As Raízes da Corrupção no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora

Forúm, 2015. 436 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas 2016.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas 2016.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas 2003.

LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática escolar**. In: Salto para o futuro/TV Escola. Brasília: MEC, 2003.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil**. (Artigo) - Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Política e Administração da Educação Básica - Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, agosto/2001.

NETO, Antônio Cabral, CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Gestão escolar em instituições de Ensino Médio**: entre a gestão democrática e a gerencial. Educação e Sociedade, v. 32, n. 116 p. 745-770, jul./set., 2011.

NUNES, J. M; INFANTE, M. **Pesquisa-ação**. [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. 224 p.

PAIVA, Rodrigo Márcio Medeiros. **O Controle Social na Administração Pública**: Propostas para Estruturar e Estimular o seu Desenvolvimento. João Pessoa: UFB, 2004. Dissertação (Especialização em Controladoria Aplicada ao Setor Público), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004.

ARAUJO, Adilson Cesar de, A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. RETRATOS DA ESCOLA. **Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-265. Jan./jun. 2007.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino do, Da escola ao espaço educativo O novo sentido pedagógico. RETRATOS DA ESCOLA. **Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 375-389. Jul./dez. 2009.

RAMBURGER, Janice Saratt, MARQUEZAM, Lorena Inês Peterini. Gestão Democrática: um processo em construção. **Regae – Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v.6. n. 11, p.109-121. Jan./abr.. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/24559>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SANTOS, Luiz Carlos, SILVA, Marcilene, MIRANDA, Pâmela Rodrigues. Consentimento e resistência à mudança organizacional no setor público. **Redm - Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v.14. n. 1, p. 402-423. Jul. p. 402-423. 2015. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas->

anteriores/revista-dm-14.pdf >. Acesso em: 03 nov. 2019.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 2002.